

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

A Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância – FUNDAÇÃO PROTEGER, Estado do Paraná torna público que realizar-se-á licitação sob modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo **Menor Preço – Por Lote**, de acordo com a(s) Requisição(ões) ao Compras n.º(s) **02/2022**, emitida(s) pela(s) por essa Instituição, obedecendo integralmente a Lei Federal n.º 10.520/2002, e subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/1993, bem como Lei Complementar Federal 123/2006, e Decretos Municipais 1.447/2007, 6.320/2017 e 8089/2020.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. É objeto da presente licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA. RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES.

1.1. O valor máximo disponível para a presente contratação é de R\$ 19.550,58 (Dezenove Mil Quinhentos e Cinquenta e Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

1.1.1. A presente licitação é do Tipo Menor Preço com julgamento Por Lote.

1.2. A sessão pública será realizada via rede mundial de computadores (internet) através do Sistema de Pregão Eletrônico da Bolsa de Licitações e Leilões (BLL) no endereço eletrônico < <https://bllcompras.com/> >, a ser dirigido por pregoeiro nas dependências do Departamento de Compras e Licitações, à Rua Barão do Rio Branco n.º 1393, Bairro: Batel, em Guarapuava, Estado do Paraná.

1.3. O registro das participantes e de suas propostas de preço, junto ao sistema que se refere o item 1.2 deste edital, poderão ocorrer até às 08h30min do dia 20/04/2022.

1.4. A sessão pública terá início a partir do encerramento do prazo estabelecido no item 1.3, e a fase de lances será iniciada às 09h00min.

1.4.1. Qualquer pessoa não participante da licitação poderá acompanhar a sessão pública através do endereço eletrônico que se refere o item 1.2, clicando em Acesso Público ou através do seguinte endereço < <https://bllcompras.com/Home/PublicAccess> >.

1.5. Para todas as referências de Tempo será observado horário de Brasília – DF.

1.6. O número de processo administrativo do presente edital é 06/2022.

1.7. Os pregoeiros e equipe de apoio são os designados pela portaria 133/2021, conforme a seguir:

1.7.1. Pregoeiros:

1.7.1.1 Daniele Reznick – Oficial Administrativo;

1.7.2 Equipe de Apoio:

1.7.2.1 Francieli Furtado – Oficial Administrativo;

1.7.2.2 Nathaly da Silva Santana Pereira Martins – Assistente Administrativo;

1.7.2.3 Sonia Maria Makuch – Oficial Administrativo;

1.7.2.4 Suplentes:

1.7.2.5 Marcos Vinicius Gavanski da Silva – Oficial Administrativo;

1.8 Compõem ainda este edital os seguintes anexos:

1.8.1 Anexo I – Termo de Referência;

1.8.2 Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços

1.8.3 Anexo III – Minuta do Contrato;

1.8.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Enquadramento como Micro ou Pequena empresa;

1.8.5 Anexo V – Modelo de Carta Proposta;

1.8.6 Anexo VI – Modelo de Declaração Unificada para Habilitação;

1.8.7 Anexo VII – Modelo de Atestado de Vistoria Técnica.

1.9 Este edital prevê, conforme o caso, a divisão de lotes inteiros destinados à ampla concorrência, lotes divididos em cotas principais (destinados à ampla concorrência) e em cotas reservadas (destinadas exclusivamente à contratação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte), bem como Lotes inteiros exclusivos destinados à contratação de Micro e Pequenas empresas, nos termos da Lei Complementar Federal 123/2006 e Decreto Municipal 6320/2017.

1.9.1 Os lotes, conforme relacionados no item **1.9** serão agrupados e identificados no Termo de Referência (anexo I) do presente edital de licitação, conforme sua classificação (ampla concorrência, cotas e exclusivo), justificadamente.

2. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

2.1. O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio, e terá, em especial, as seguintes atribuições:

2.1.1. Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, nos termos do item **13** do edital.

2.1.2. Proceder o exame das propostas de preços e a classificação dos proponentes nos termos do item **6.1** deste edital;

2.1.2.1. Desclassificar propostas indicando os motivos nos termos do item **4.3 e subitens** deste edital;

2.1.3. Coordenar a sessão pública, o envio de lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço através do sistema empregado conforme itens **6.2 à 6.6 e respectivos subitens** deste edital;

2.1.4. Verificar e julgar as condições de habilitação, com base nos documentos anexados pelos licitantes no sistema empregado, termos do item **6.7 e subitens** deste edital;

2.1.5. No julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação;

2.1.6. Receber, examinar e decidir sobre recursos nos termos dos itens **6.8 e 13 e subitens** deste edital;

2.1.7. Declarar o vencedor, adjudicando a proposta de menor preço nos termos do item e **6.9** deste edital;

2.1.8. Providenciar a elaboração de ata de Sessão, conforme item **16.1**, com auxílio do sistema empregado, na qual, conforme o caso deverá conter os seguintes registros, entre outros:

- 2.1.8.1. Os licitantes participantes;
- 2.1.8.2. As propostas apresentadas;
- 2.1.8.3. Os avisos, os esclarecimentos e as impugnações;
- 2.1.8.4. Os lances ofertados, na ordem de classificação;
- 2.1.8.5. A suspensão e o reinício da sessão, se for o caso;
- 2.1.8.6. A aceitabilidade da proposta de preço;
- 2.1.8.7. A habilitação;
- 2.1.8.8. A decisão sobre o saneamento de erros ou falhas na proposta ou na documentação;
- 2.1.8.9. Os recursos interpostos, as respectivas análises e as decisões;
- 2.1.8.10. O resultado da licitação; e
- 2.1.8.11. A adjudicação.
- 2.1.8.12. Conduzir os trabalhos da Equipe de Apoio;
- 2.1.8.13. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Caberá ao licitante interessado em participar do presente pregão:
 - 3.1.1. Credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame;
 - 3.1.2. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
 - 3.1.3. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
 - 3.1.4. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;
 - 3.1.5. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
 - 3.1.6. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e
 - 3.1.7. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.2. As empresas licitantes interessadas em participar encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no presente edital, proposta de preço e documentos complementares, até a data e o horário estabelecidos para a abertura do certame.
 - 3.2.1. A etapa de que trata o item 3.2 será encerrada com a abertura da sessão pública.
 - 3.2.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, nos termos do disposto no item 3.2, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
 - 3.2.3. A licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

3.2.3.1. A falsidade da declaração de que trata o item **3.2.3** sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.

3.2.4. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.3. Poderá participar desta Licitação qualquer firma individual ou sociedade, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos;

3.3.1. Somente poderá participar de lotes classificados como cota reservada e de lotes exclusivos nesta licitação as empresas que trata o item **3.3** do edital que forem enquadradas como **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, nos termos do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

3.3.1.1. Para comprovação de enquadramento em alguma das hipóteses que trata o item **3.3.1**, o licitante deverá, até a data e horário previstos no item **1.3** deste edital, cadastrar-se junto à BLL informando sua condição em campo específico do Sistema, bem como, anexando junto aos documentos de habilitação, declaração de enquadramento, conforme Modelo constante do Anexo IV deste edital, sob pena de não usufruir dos benefícios a ele dispensados e/ou desclassificação do certame.

3.3.2. A existência de lotes exclusivos e lotes com cota reservadas à participação de Micro e pequenas empresas não impede a sua participação nos demais lotes, ou seja, nos de ampla concorrência e de cota principal, conforme classificação dos lotes no Anexo I (termo de referência) deste edital.

3.3.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas, bem como de pessoas físicas.

3.3.4. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, em processo de recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que esteja suspensa de licitar e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente.

3.3.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

3.3.6. Os interessados em participar do certame sujeitam-se integralmente aos termos e condições de uso do sistema, inclusive quanto aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela emitida pela entidade, nos termos do artigo 5º, inciso III, da Lei n.º 10.520/2002.

3.3.7. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através dos telefones (41) 3097 4600, (41) 9 9264 7677, (41) 9 9203 9595 (WhatsApp), ou- mail < contato@bll.org.br >.

3.3.8. Os participantes de licitação na modalidade de pregão, têm direito público subjetivo a fiel observância do procedimento estabelecido neste Regulamento e qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

4. DA VISTORIA TÉCNICA

4.1. O licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existente, mediante prévio agendamento de horário **das 08:30h as 11:00h e das 13:00h às 16:30h pelos telefones (42) 3622-1852 e (42) 3622 7204**, com a servidora Vanessa Regina Catani do Valle.

4.2. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existente como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão.

4.3. A vistoria será acompanhada por representante desta Fundação, designado para esse fim, sendo emitido **ATESTADO DE VISTORIA TÉCNICA**, conforme ANEXO VII deste Edital, **o qual deverá ser apresentado juntamente com os documentos de habilitação, caso demonstrado o interesse da realização da vistoria.**

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. A apresentação de proposta de preços por parte do interessado ocorrerá em duas etapas:

5.1.1. A primeira consistirá do registro de sua oferta inicial no sistema, com os quais a fase de disputa por lances se iniciará, indicando seu valor unitário, marca (e modelo, quando for o caso):

5.1.1.1. O registro de proposta para a presente licitação, independente de declaração expressa, implica automaticamente na declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital, inclusive no seguinte:

5.1.1.1.1. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação do certame;

5.1.1.1.2. Que a proposta de preços terá validade de no **mínimo 60 dias corridos** contados da data da sessão;

5.1.1.1.3. Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega;

5.1.1.1.4. Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.2. A segunda etapa consistirá da anexação de proposta escrita, em campo específico para este fim no sistema, denominado documentos complementares, na qual deverão constar os preços finais oferecidos na etapa de lances, sendo necessário apenas daqueles lotes cujo a licitante figurar como detentora da melhor proposta, no momento em que for convocada.

5.1.2.1. Quando convocada, a licitante terá o prazo de 2 (duas) horas para anexar a proposta com os preços finais de lances, podendo, este prazo ser prorrogado a critério da pregoeira, que se manifestará quanto a aceitabilidade da proposta.

5.1.2.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada obrigatoriamente na ordem em que se encontram os itens no **Anexo I (Termo de Referência)**, devendo ser redigida com clareza em língua portuguesa, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, sem alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, seguindo preferencialmente o **modelo constante do Anexo V deste edital**.

5.1.2.3. Na proposta de preços deverão constar:

5.1.2.3.1. Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta corrente, agência e respectivo Banco.

5.1.2.3.2. Dados do responsável pela elaboração da proposta e que assinará o instrumento Contratual, compreendendo Nome, CPF e RG;

5.1.2.3.3. Detalhamento de todas as características do(s) produto(s) ou serviço(s) ofertado(s), de acordo com os descritivos e quantitativos constantes do Anexo I do edital, informando as MARCAS (e quando for o caso, os modelos), sendo dispensável a indicação de marca nos casos de prestação de serviços.

5.1.2.3.4. Cotação do preço unitário e total por lote (em algarismos) com base na quantidade máxima estimada, em moeda corrente do País (Real), não sendo permitida a apresentação de proposta alternativa, que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sendo que em caso de divergência entre os valores unitários e totais, serão considerados os primeiros;

5.1.2.3.5. Data e assinatura do Representante legal na última folha, bem como rubrica do mesmo em todas as demais.

5.1.2.4. As declarações elencadas no item **4.1.1.1 e seus subitens** estão atreladas ao regulamento do certame, e não isentam o licitante de cumprir com o exposto no item **4.1.2.3.3**, devendo o licitante detalhar todas as características do(s) produto(s) ou serviço(s) ofertado(s), de acordo com os descritivos e quantitativos constantes do Anexo I do edital.

5.2. Após a apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.3. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor e com o seguinte:

5.3.1. Contenham mais de 02 (duas) casas decimais em seus valores unitários;

5.3.2. Extrapolem o preço máximo por item estipulado no Termo de referência;

5.3.3. Sejam incompletas, isto é, não contenham informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do(s) produto(s) ou serviço(s) ofertados;

5.3.4. Não contenham indicação de marca de produto, ou não conste data, rubrica e/ou assinatura.

5.3.5. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexecutáveis, por decisão do Pregoeiro;

5.4. O Pregoeiro considerará como formais erros de somatórios e outros aspectos que beneficiem a Administração Pública e não implique nulidade do procedimento.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Para fins de habilitação ao certame, os licitantes terão de satisfazer os requisitos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

6.1.1. Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item **1.3** deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

6.1.2. Os documentos comprobatórios que trata o item **5.1.1**, deverão encontrarem-se vigentes na data de abertura da sessão, sob PENA DE INABILITAÇÃO do licitante.

6.2. Os documentos anexados no sistema para fins de habilitação serão considerados cópia fiel dos seus originais, sob a fé e a responsabilidade do próprio licitante, salvo aqueles que possuírem autenticação online, e que por sua vez terão sua aceitação condicionada a verificação por parte do pregoeiro.

6.2.1. **Aos documentos que não mencionarem prazo de validade será atribuído prazo de 90 (noventa) dias de eficácia, contados da data de emissão, salvo disposição contrária expressa em lei.**

6.2.2. A anexação de documentos falsos, falsificados, inverídicos ou outras condições que não reflitam a veracidade das reais informações e condições pertinentes à licitante, a sujeitarão às penalidades previstas no **item 12** deste edital, sem prejuízo de outras sanções que a legislação vier a prever.

6.3. As licitantes deverão anexar para fins de sua habilitação no certame os seguintes documentos:

6.3.1. Para comprovação de sua **habilitação jurídica**, conforme o caso:

6.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ou

6.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores (os documentos em apreço deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva); ou

6.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; ou

6.3.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

6.3.2. Para comprovação relativa à **regularidade fiscal e trabalhista**:

6.3.2.1. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica emitido pela Receita Federal do Brasil (Cartão CNPJ) < http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp > ;

6.3.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado, sendo aceito ainda em substituição a este, o **Alvará de funcionamento**, nas mesmas condições.

6.3.2.3. Prova de Regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente na forma da Lei, detalhado da seguinte maneira:

6.3.2.3.1. Certidão negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional < <http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndconjuntaInt>

[er/InformaNICertidao.asp?Tipo=1](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidao/CndconjuntaInt) >;

6.3.2.3.2. Certidão de Inexistência de Débitos inscritos perante o Governo do Estado, que deverá ser comprovada por meio de Certidão Negativa expedida nos termos da legislação local;

6.3.2.3.3. Certidão de Inexistência de Débitos inscritos perante o Governo do Município, emitida pela Prefeitura Municipal da sede da licitante;

6.3.2.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, a ser emitida pela Caixa Econômica Federal – CEF < <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf> >; e

6.3.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 < <http://www.tst.jus.br/certidao/> >.

6.3.3. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá de:

6.3.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida por todos os cartórios distribuidores que tenham atribuição de distribuição de falências e concordatas da sede da pessoa jurídica;

6.3.4. A documentação relativa à qualificação técnica, DE ACORDO COM O LOTE consistirá de:

6.3.4.1. Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo mesmo Conselho Profissional de seu responsável técnico, para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares, (conforme Resolução - RDC nº 52/2009 - ANVISA). **(Deverá ser apresentado pelas Proponentes ao LOTE 01);**

6.3.4.2. Certidão de Registro do Responsável Técnico no Conselho Profissional competente (conforme Resolução - RDC nº 52/2009 - ANVISA). **(Deverá ser apresentado pelas Proponentes ao LOTE 01);**

6.3.4.3. Alvará ou Licença Sanitária para funcionamento, contemplando o ramo de atividade concernente ao serviço de controle de vetores e pragas urbanas, desinsetização, desratização e similares, expedido pelo serviço de fiscalização sanitária estadual ou municipal competente, em plena vigência. (Conforme Resolução - RDC nº 52/2009 - ANVISA). **(Deverá ser apresentado pelas Proponentes ao LOTE 01);**

6.3.4.4. Licença Ambiental expedida por órgão competente. (Conforme Resolução - RDC nº 52/2009 - ANVISA). **(Deverá ser apresentado pelas Proponentes ao LOTE 01);**

6.3.4.5. Apresentar 2 (dois) atestados de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da proponente, compatível com objeto da licitação. **(Deverá ser apresentado pelas Proponentes ao LOTE 01 e LOTE 02);**

6.3.4.6. Atestado de Vistoria Técnica, emitido por essa Instituição, conforme itens 4.1 ao 4.3 do Edital; **(Facultativa a apresentação pelas Proponentes ao LOTE 01 e LOTE 02);**

6.3.5. Deverá ainda apresentar as seguintes declarações, conforme disposto no modelo constante do **anexo VI** deste edital, de que:

6.3.5.1. Não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em qualquer de suas esferas;

6.3.5.2. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

6.3.5.3. Não possui, no seu Quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988; e

6.3.5.4. Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

6.3.6. Quando for o caso, para comprovação nos termos do item **3.3.1.1**, declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme Modelo constante do **Anexo IV** deste edital, sob pena de desclassificação do certame.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, DA FASE DE LANCES E NEGOCIAÇÃO E DA HABILITAÇÃO

7.1. Iniciada a sessão pública nos termos do item **1.4** deste edital, o Pregoeiro efetuará a verificação das Propostas de Preços cadastradas, quanto a sua aceitação nos termos do item **4.1.1 e subitens** deste edital e no que couber em relação ao item **4.3 e subitens**, de modo que as que não forem aceitáveis serão desclassificadas e não participarão da etapa de lances.

7.1.1. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

7.1.2. Nenhum licitante será identificado até o encerramento da disputa por lances, sendo que as informações de identificação dos mesmos somente serão exibidas ao pregoeiro e demais interessados quando os respectivos lotes constarem da etapa de habilitação e posteriores no sistema.

7.1.3. Lotes que por ventura não contiverem propostas registradas serão declarados desertos.

7.1.4. Lotes que por ventura tenham todas as suas propostas desclassificadas serão declarados frustrados/fracassados.

7.1.5. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pela licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que tratam os itens **6.4** ao **6.6** deste edital.

7.2. Concluídos os procedimentos relativos ao item 6.1 o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2.1. Independente da diferença de valores ou do número de licitantes, todas as propostas consideradas classificadas pelo pregoeiro participarão da fase competitiva de lances;

7.2.1.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

7.2.1.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no edital;

7.2.1.3. Os lances ocorrerão de forma desordenada visando a obtenção do **Menor Preço Por Lote**;

7.2.1.4. Os licitantes somente poderão oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

7.2.1.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro, ressalvado o eventual registro de proposta inicial com valores equivalentes.

7.2.1.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.3. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa aberto e fechado, quando os licitantes apresentarem lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado

7.3.1. No modo de disputa aberto e fechado, de que trata o item 6.3, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

7.3.2. Encerrado o prazo previsto no item 6.3.1, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.3.3. Encerrado o prazo de que trata o item 6.3.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

7.3.3.1. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o 6.3.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão **ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.**

7.3.4. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 6.3.3 e 6.3.3.1, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade;

7.3.4.1. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 6.3.3 e 6.3.3.1, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, **possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo**, observado, após esta etapa, o disposto no item 6.3.4.

7.4. Encerrada a disputa nos termos do item 6.3 e respectivos subitens, o pregoeiro, com auxílio do sistema, procederá eventuais desempates definidos como **preferência de contratação e Prioridade de Contratação**:

7.4.1. Para efeitos da **Preferência de contratação** que trata o item **6.4**, o pregoeiro verificará, somente para os lotes de Ampla concorrência e de Cota Principal (**conforme classificação dos lotes no termo de referência (Anexo I)**) em que a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, a ocorrência de empate técnico.

7.4.1.1. Entende-se por empate técnico para efeitos da **Preferência de contratação** aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada quando esta tiver sido apresentada por empresa não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.4.1.2. A preferência de que trata o item **6.4.1** será concedida da seguinte forma:

7.4.1.2.1. Ocorrendo o empate técnico que se refere o item **6.4.1.1**, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor, ressalvada a verificação do atendimento aos requisitos de habilitação e o julgamento de eventuais recursos apresentados pelas licitantes.

7.4.1.2.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que estiver exercendo o direito previsto no item **6.4.1.2.1**, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão do direito.

7.4.1.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, o sistema realizará sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.4.1.2.4. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item **6.4.1.2.1**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.4.2. Para efeitos da **Prioridade de contratação** que trata o item **6.4**, **desde que justificada a sua aplicação no termo de referência**, o pregoeiro verificará, somente para os lotes de Cota Reservada e Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno porte (**conforme classificação dos lotes no termo de referência (Anexo I)**), em que a menor melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte **sediada em âmbito Local ou Regional**, a ocorrência de empate técnico.

7.4.2.1. Entende-se por empate técnico para efeitos da **Prioridade de contratação** aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte **sediadas em âmbito local ou regional** sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada quando esta tiver sido apresentada por empresa não sediada em âmbito local ou regional.

7.4.2.2. A prioridade de que trata o item **6.4.2** será aplicada prioritariamente às licitantes microempresas e empresas de pequeno sediadas em âmbito local e posteriormente às sediadas em âmbito regional e será procedida da seguinte forma:

7.4.2.2.1. Compreende o âmbito Local as empresas sediadas no Município de Guarapuava;

7.4.2.2.2. Compreende o âmbito Regional as empresas sediadas nos Municípios limítrofes ao território geopolítico de Guarapuava, sendo eles:

7.4.2.2.2.1. Campina do Simão;

7.4.2.2.2.2. Candói;

7.4.2.2.2.3. Cantagalo;

7.4.2.2.2.4. Goioxim;

7.4.2.2.2.5. Inácio Martins;

7.4.2.2.2.6. Irati.

7.4.2.2.2.7. Pinhão;

7.4.2.2.2.8. Prudentópolis; e

7.4.2.2.2.9. Turvo;

7.4.2.2.3. Ocorrendo a situação prevista no item 6.4.2.1 e observado o disposto no item 6.4.2.2, a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor, ressalvada a verificação do atendimento aos requisitos de habilitação e o julgamento de eventuais recursos apresentados.

7.4.2.2.4. A microempresa ou a empresa de pequeno porte que estiver exercendo o direito previsto no item 6.4.2.2.3, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

7.4.2.2.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

7.4.2.2.6. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no item 6.4.2.2.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação do item 6.4.2.1 observado o disposto no item 6.4.2.2, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4.3. Os critérios de desempate serão aplicados nos termos dos itens 6.4.1 e 6.4.2, mesmo que não haja envio de lances após o início da fase competitiva.

7.4.3.1. Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.4.4. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta a licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

7.4.4.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no item 6.4 **respectivos subitens** deste edital, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, ressalvada a verificação do atendimento aos requisitos de habilitação e o julgamento de eventuais recursos apresentados pelas licitantes.

7.6. O Pregoeiro verificará a ocorrência de uma mesma empresa vencer as cotas principal e reservada de um mesmo produto, conforme a classificação dos lotes no termo de referência (**anexo I**), situação na qual o pregoeiro informará ao interessado que a contratação deverá ocorrer pelo menor preço, e solicitará que o mesmo ajuste o lance da cota com o maior preço para o valor da cota com menor preço, em funcionalidade específica do sistema.

7.6.1. Ao recusar-se a realizar o ajuste que trata o item **6.6** deste edital, o licitante será Inabilitado de ambas as cotas.

7.7. Após a conclusão dos procedimentos previstos nos item **6.3, 6.4, 6.5 e 6.6 e respectivos subitens**, o pregoeiro declarará encerrada a etapa competitiva de lances e ordenará as propostas em ordem crescente de preços, elegendo a proposta de menor preço e realizará os seguintes procedimentos em relação às detentoras da melhor proposta em cada lote:

7.7.1. Convocará para que as mesmas anexem, no campo documentos complementares do sistema, a proposta de preços nos termos do item **4 e respectivos subitens**, no **prazo máximo de 2 (duas) horas** podendo, este prazo ser prorrogado a critério do pregoeiro, que se manifestará quanto a aceitabilidade da proposta;

7.7.2. Verificará se apresentam restrições ao direito de licitar e contratar com órgãos públicos, de modo que o Pregoeiro fará constar da ata as consultas realizadas junto aos seguintes bancos de dados:

7.7.2.1. Cadastro de Impedidos de licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) < <https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ail/ConsultarimpedidosWeb.aspx> >;

7.7.2.2. Sistema Inabilitados e Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU) < [**7.7.2.3.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\) do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União < <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis> >;](https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0: >; e</p></div><div data-bbox=)

7.7.2.4. Mesmo que as consultas relacionadas nos itens **6.7.2.1 à 6.7.2.3** não retornem informações de impedimento dos licitantes, o pregoeiro não deve ignorar apontamentos de consultas a outros sistemas nos quais constem restrições, devendo neste caso promover adequada diligência.

7.7.3. Verificará o seu cumprimento dos requisitos de habilitação nos termos do item **5** deste edital;

7.7.4. Convocará a apresentação de demais documentos complementares à proposta e a habilitação, quando necessários para a confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, que serão anexados pelo licitante convocado no prazo **máximo de 2 (duas) horas**.

7.7.5. Procederá a inabilitação das licitantes que incorrerem nas seguintes situações:

7.7.5.1. Deixem de cumprir com o item **6.7.1**;

7.7.5.2. Apresentem restrições ao direito de licitar e contratar com órgãos públicos nos termos do item **6.7.2**;

7.7.5.3. Deixem de cumprir com os requisitos de habilitação nos termos do item **6.7.3**, ressalvadas as disposições do item **6.7.6 e respectivos subitens**, relativo à regularidade fiscal das licitantes enquadradas como Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

7.7.5.4. Deixem de cumprir com os itens **6.7.4**.

7.7.6. As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.7.6.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

7.7.6.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item **6.7.6.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.7.7. No caso da ocorrência da hipótese do item **6.7.5**, procederá o item **6.7.1 e seguintes** à próxima licitante na ordem de classificação até a apuração de uma que não incorra na sua inabilitação, ou até que não restem mais licitantes classificados, ressalvado o disposto no item **6.7.6.1**.

7.7.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada aos licitantes remanescentes, nos termos do disposto no item **6.3.4.1**.

7.7.9. Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, o pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram, facultada, quando de comum acordo entre o pregoeiro e os licitantes, a redução deste prazo para um que seja mais conveniente.

7.8. Encerrados os procedimentos relativos à habilitação das empresas nos termos do item **6.7**, o pregoeiro procederá com o recebimento de eventuais intenções de recursos nos termos do item **14** do edital.

7.9. Vencida a etapa que trata o item **6.8**, será promovida a adjudicação do objeto que observará o seguinte:

7.9.1. O objeto será adjudicado pelo pregoeiro ao vencedor quando não houver recurso ou a eventual recurso for dado provimento pelo próprio pregoeiro, devendo, após, encaminhar à autoridade competente propondo sua homologação.

7.9.2. O objeto será adjudicado ao vencedor pela autoridade competente quando houver recurso e o pregoeiro não tiver dado provimento ao mesmo.

7.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, exceto se verificado erro grosseiro de digitação, quando o pregoeiro procederá o cancelamento do lance enviado pelo licitante e desde que devidamente justificado, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades constantes neste Edital;

7.11. As cláusulas deste edital, que fazem menção a procedimentos relacionados a lotes de Ampla concorrência, Cota principal, Cota reservada e Exclusivos para microempresas e empresas de pequeno porte, terão sua aplicação condicionadas a sua existência conforme classificação dos mesmos no termo de referência (anexo I) deste edital.

7.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

7.12.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8. DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Concluído o julgamento, com a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor, a autoridade superior competente promoverá a homologação do resultado.

8.1.1. Não havendo vencedor para algum dos lotes, seja por resultar frustrado ou por restar deserto, o processo será remetido à assessoria jurídica para parecer quanto a possibilidade de sua homologação.

8.2. Homologada a licitação pela autoridade competente, o Município de Guarapuava firmará Ata de Registro de Preços com o PROPONENTE VENCEDOR visando à execução do objeto desta licitação nos termos da Minuta que integra este Edital.

8.2.1. Sendo a licitação homologada como deserta ou frustrada na íntegra, ou seja, quando não houver vencedor para qualquer dos lotes, será promovido o arquivamento do processo apenas.

9. DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. Esta Fundação de Proteção Especial e Infância e Juventude, fundamenta a criação de atas de registro de preços oriundos do presente processo com base no Art. 7.º, IV, do Decreto Municipal 1447/2007.

9.2. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá a vigência pelo período de **12 (doze) meses**.

9.3. A partir de comunicado formal emitido pela Fundação Proteger, a licitante vencedora terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para comparecer no Departamento de Compras e Licitações, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado, ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

9.3.1. O prazo que trata o item **8.3** poderá, quando solicitado e justificado pelo proponente, ser prorrogado uma vez por igual período.

9.3.2. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

9.3.3. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no item **8.3**, ensejará a aplicação das penalidades estabelecidas no item **12.1** deste edital.

9.3.3.1. Às classificadas remanescentes que forem convocadas nos termos do item **8.3.2** que se recusarem a firmar ata de registro de preços nas mesmas condições oferecidas pela primeira classificada não serão aplicadas sanções.

9.4. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9.5. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta;

9.6. O licitante vencedor obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo Município para efeito de celebração da Ata de Registro de Preços.

9.7. O Registro de Preços não importa em obrigação de contratar por parte dessa Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, mesmo que a empresa tenha sido vencedora, oferecendo melhor proposta de preços nos itens em que concorreu, tendo a Ata de Registro de Preços natureza jurídica de Compromisso de Fornecimento.

9.7.1. Uma vez emitida Ordem de Fornecimento em nome da empresa constante como primeira classificada na Ata de Registro de Preços, tornar-se-á formalizado o vínculo entre a empresa promitente fornecedora e a Instituição, por meio da Ata de Registro de Preço.

9.8. Após a publicação, a Ata de Registro de Preços terá efeito de Compromisso de Fornecimento, nos termos do artigo 8º, § 1º do Decreto Municipal nº 1.447/2007.

9.9. As alterações na Ata de Registro de Preços serão processadas mediante Apostilamento, ou ainda, a depender do caso concreto, mediante termo aditivo, devidamente justificadas e processadas mediante parecer emitido pela Procuradoria e Autorização da Autoridade Competente.

9.10. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim. As decisões e providência que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

9.11. Será dada prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

9.12. Demais condições constam da íntegra da Minuta da Ata de Registro de Preços anexa a este Edital (Anexo II).

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. A contratação com os fornecedores será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei n.º 8.666, de 1993.

10.1.1. Em "carta contrato", "nota de empenho de despesa", "autorização de compra", "ordem de execução de serviço" ou outros instrumentos hábeis aplica-se, no que couber, o disposto no art. 55 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

10.2. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

10.2.1. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.3. O Contrato resultante deste certame terá a vigência de pelo período de **12 (doze) meses**.

10.4. A partir de comunicado formal emitido pela Fundação de Proteção Especial da Infância e Juventude a licitante vencedora terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para comparecer no Departamento de Compras e Licitações, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou

transportadora, para proceder assinatura do instrumento contratual ou para encaminhar o mesmo assinado por correios ou transportadora ou via digital.

10.4.1. O prazo que trata o item **9.4** poderá, quando solicitado e justificado pelo proponente, ser prorrogado uma vez por igual período.

10.4.2. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato, injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no item **12.1** e procedida a convocação do próximo classificado nos termos do item **9.2.1** deste edital.

10.5. Decorridos 60 (sessenta) dias consecutivos da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

10.6. Durante a vigência do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

10.7. O licitante vencedor obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pelo Município para efeito de celebração do instrumento contratual.

10.8. Durante a vigência do Contrato o fornecimento será acompanhado e fiscalizado por servidor público designado para esse fim.

10.8.1. As decisões e providência que ultrapassarem a competência do servidor designado deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

10.9. O início do fornecimento ocorrerá a partir da solicitação da Secretaria competente, mediante emissão do respectivo empenho e comunicação à contratada, devendo ser atendidas todas as condições detalhadas no termo de referência (Anexo I) deste edital.

10.9.1. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

10.9.2. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

10.9.3. O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

10.10. Demais condições contratuais constam da íntegra da Minuta de contrato anexa a este Edital (**Anexo III**).

11. DA ALTERAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS

11.1. As alterações nas atas de registro de preços e nos contratos serão processadas mediante Termo Aditivo, devidamente justificadas e, analisadas pela Procuradoria e autorização da autoridade competente.

11.2. As atas de registro de preços e os contratos regidos a partir do presente processo licitatório poderão ser alterados, com as devidas justificativas, conforme o caso, nos seguintes termos:

11.2.1. Unilateralmente pela Administração:

11.2.1.1. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei, situação aplicável somente aos contratos;

11.2.2. Por acordo das partes:

11.2.2.1. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

11.2.2.2. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração do objeto, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

11.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

12. DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, após a entrega do objeto/serviço, mediante emissão da nota fiscal e ateste de recebimento pelo servidor competente em nome desta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância e verificação dos serviços prestados/produtos fornecidos.

12.2. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Gerência Administrativa e Financeira.

12.3. O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na Prefeitura Municipal de Guarapuava em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

12.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

12.6. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação durante a vigência da ata de registro de preço ou contrato, bem como apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, para requerer o pagamento, acompanhado os documentos referentes a regularidade fiscal.

12.7. Caso o objeto da nota fiscal seja recusado, o documento fiscal apresente incorreção, os documentos listados acima não sejam apresentados, ou sejam apresentados em desacordo com o prazo de validade expirado, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do evento.

12.8. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento das obrigações da Fundação, será(ão) a(s) Seguinte(s):

FONTE DE RECURSOS	DESPESA	DESDOBRAMENTO	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	33390397899000000000	Limpeza e conservação demais setores da administração

12.8.1. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades da Administração Pública Municipal.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato ou ata de registro de preços, e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou da vigência do Contrato ou ata de registro preços, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme o caso:

13.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecida em edital;

13.1.2. não entregar a documentação exigida no edital para assinatura da ata ou contrato;

13.1.3. apresentar documentação falsa;

13.1.4. causar o retardamento na execução do certame;

13.1.5. causar o atraso na execução do objeto;

13.1.6. não manter a proposta;

13.1.7. falhar na execução do contrato;

13.1.8. fraudar a execução do contrato;

13.1.9. comportar-se de modo inidôneo;

13.1.10. declarar informações falsas; e

13.1.11. cometer fraude fiscal.

13.2. As sanções descritas no item **12.1** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

13.3. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado.

13.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora e compensatória, na seguinte forma:

13.4.1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega dos serviços/produtos contratados, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

13.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Proposta, devidamente atualizado, pela inexecução parcial ou total do Contrato, ou infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas e/ou proposta apresentada, exceto prazo de entrega.

13.4.3. As multas mencionadas nos itens **12.4.1** e **12.4.2**, serão descontadas do pagamento a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.

13.4.4. Caso a CONTRATADA não possua crédito junto ao Município de Guarapuava, será regularmente intimada a efetuar o pagamento mediante guia de recolhimento.

13.4.4.1. O não atendimento do item **12.4.4** implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa do Município.

13.5. As multas aludidas pelo item **12.4 e subitens** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei, ficando a licitante ou contratada sujeita às seguintes penalidades:

13.5.1. Advertência;

13.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.6. As sanções previstas nos itens **12.1** e **12.5** poderão ser aplicadas juntamente com a do item **11.4**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.7. A sanção estabelecida no item **12.5.2** é de competência exclusiva da Presidência, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.8. As sanções previstas nos itens **12.4 e 12.5.2** poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este edital:

13.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

13.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa ampla do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

14. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

14.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, **através da funcionalidade específica no sistema** empregado ou através do e-mail <recursoproteger@guarapuava.pr.gov.br>.

14.1.1. O pregoeiro deverá: receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos e demais constantes da fase interna do processo.

14.1.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo portal da transparência e sistema empregado para realização do pregão eletrônico, e vincularão os participantes e a administração.

14.1.3. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre o respectivo ato, **em até um dia útil**, antes da data de abertura do certame, conforme Decreto Municipal 8089/2020.

14.1.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

14.1.5. Quando não for possível ao pregoeiro efetuar a resposta ao pedido de esclarecimento/impugnação no prazo definido, o processo deverá ser suspenso ou sua data de abertura de sessão pública prorrogada, conforme conveniência para a administração, observado o prazo mínimo de oito dias úteis a serem computados antes da nova data definida.

14.2. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores** à data fixada para abertura da sessão pública.

14.2.1. Acolhida a impugnação contra o edital, o mesmo será retificado e será definida e publicada nova data para realização do certame, exceto quando:

14.2.2. a alteração inquestionavelmente não alterar a formulação de propostas; ou.

14.2.3. a alteração ocorrer em prazo superior aos **oito dias úteis anteriores** a data de abertura inicialmente prevista.

14.3. Alterações no edital poderão ser promovidas de ofício pelo órgão ou entidade licitante, situação em que será reaberto o prazo de publicidade e disponibilidade do edital.

15. DOS RECURSOS CONTRA AS DECISÕES DO PREGOEIRO

15.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que será de no máximo 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.1.1. A manifestação da intenção de interpor recurso será feita individualmente por lote, após a constatação da habilitação de licitante, com o início de etapa específica;

15.1.2. Os memoriais de razões do recurso de que trata o item **14.1** poderão ser apresentadas no prazo de **até três dias úteis**;

15.1.3. Os recursos apresentados serão disponibilizados para vistas dos outros licitantes que ficarão intimados desde logo, para se desejarem, apresentarem suas contrarrazões, no prazo de **até três dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses;

15.1.4. Os memoriais relativos às razões e às contrarrazões de eventuais recursos interpostos deverão ser anexados em funcionalidade própria do sistema, e nos prazos que forem fixados em sessão pública pelo pregoeiro;

15.1.5. Deverá compor a petição a identificação do interessado, a comprovação de poderes para representá-lo quando for o caso, e ainda, informações de contato (telefone e e-mail) da mesma, salvo, já constarem do processo.

15.1.6. O recurso será dirigido ao Presidente, por intermédio do Pregoeiro, o qual poderá reconsiderar sua decisão, **no prazo de 5 (dias) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

15.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto no item **14.1** importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

15.3. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

15.4. O recurso contra decisão do pregoeiro terá efeito suspensivo e devolutivo.

15.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente homologará a adjudicação para determinar a contratação;

15.5.1. Os interessados serão cientificados das decisões através do próprio sistema empregado.

16. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

16.1. Os licitantes devem observar e o contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

16.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

16.1.1.1.Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

16.1.1.2.Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

16.1.1.3.Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

16.1.1.4.Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

16.1.1.5.Prática obstrutiva:

16.1.1.5.1. destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital;

16.1.1.5.2. atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

16.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução um contrato financiado pelo organismo.

16.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Da sessão, com auxílio do sistema, será elaborada ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos, procedimentos e ocorrências relevantes, a qual será assinada pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

17.2. Constam do Termo de Referência (Anexo I) deste edital, as justificativas pertinentes ao processo, detalhamento das características e garantias exigidas para o objeto, condições, forma e local(is) de entrega e forma de pagamento.

17.3. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a esta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou, anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

17.4. A Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas e/ou para abertura dos envelopes, nunca podendo antecipá-la.

17.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.5.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

17.6. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer a instrução do processo;

17.7. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação;

17.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;

17.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

17.10. Os casos omissos, deste Edital, serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

17.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.

Guarapuava, 04 de abril de 2022.

SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA

Presidente Interina

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2022

É de responsabilidade única e exclusiva da **Presidência** as descrições e os demais complementos do objeto licitado, sua aplicação e correta condição de utilização conforme a seguir:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA. RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES.

1. Justificativa/ Motivo da Contratação:

1.1. A presente requisição preliminar tem como objeto a eventual contratação de serviços de desinsetização, desratização e limpeza de caixa d'água para a Fundação Proteger. Atualmente, a instituição possui três Unidades de Acolhimento, sendo elas: Unidade de Acolhimento Reseda, Unidade Salvatore Renna e Unidade CAF. Também, dispomos de locais de apoio para prestação de serviços aos acolhidos, Sede Administrativa, e Almoxarifado. A contratação desses serviços é de muita importância para que se possa manter as unidades em conformidade com as normas da vigilância sanitária, mantendo os ambientes livres de pragas e ratos e disponibilizar água de boa qualidade.

2. Motivo do critério de julgamento quando for por lote:

2.1. A opção de separar os serviços em lotes se deve ao fato de que os itens dispostos no Lote 1, Desinsetização e desratização, precisam ser realizados no mesmo dia, sendo mais viável para a Fundação Proteger que os serviços sejam realizados pela mesma empresa para evitar transtornos com a desocupação dos diversos acolhidos e funcionários dos locais por vários dias. Já o serviço mencionado no Lote 2 pode ser realizado com cronograma diferente dos serviços descritos no Lote 1.

3. Justificativa da classificação dos lotes:

3.1. O Decreto Municipal n.º 6320/2017, dispõe que: se houve o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno portes sediadas local ou regionalmente capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, e ainda sendo verificado o atingimento de objetivos como promoção do desenvolvimento econômico social no âmbito local e regional, ou ainda, na ampliação da eficiência das políticas públicas a administração pública deve aplicar para caso dos pregões, os benefícios de lotes exclusivos ou cota de 25% para contratação de MPE (nos termos dos artigos 6.º e 8.º). Neste âmbito, verifica a existência das referidas empresas, conforme orçamentos apresentados no presente procedimento apurou-se a classificação dos lotes de modo que:

Os lotes abaixo classificados como EXCLUSIVOS PARA CONTRATAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, ocorrem face aos mesmos não extrapolarem o valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais) por lote.

LOTES EXCLUSIVOS – PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

LOTE	ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
Lote 01						
01	01	03	Serviço	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INSETOS – UNIDADE RESEDA. O serviço deverá ser executado de modo a exterminar todo e qualquer tipo de insetos (baratas, pernilongos, etc.). A empresa fica responsável pela avaliação e execução do projeto e do serviço prestado; a empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Unidade Reseda, Rua Expedicionário Mário de Souza, nº 2525 – Batel. Área total do terreno: 750,00m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 505,01	R\$ 1.515,03
01	02	03	Serviço	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INSETOS – UNIDADE SALVATORE. O serviço deverá ser executado de modo a exterminar todo e qualquer tipo de insetos (baratas, pernilongos, etc.). A empresa fica responsável pela avaliação e execução do projeto e do serviço prestado; a empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Unidade Salvatore, Rua Padre Salvatore Renna, nº 100 – Bairro Santa Cruz. Área total do terreno: 651,73 m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 496,84	R\$ 1.490,52
01	03	03	Serviço	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INSETOS – SEDE. O serviço deverá ser executado de modo a exterminar todo e qualquer tipo de insetos (baratas, pernilongos, etc.). A empresa fica responsável pela avaliação e execução do projeto e do serviço prestado; a	R\$ 974,76	R\$ 2.924,28

				empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Sede Administrativa, Rua Barão do Rio Branco, nº1393 – Centro. Área total do terreno: 1.749,00 m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.		
01	04	03	Serviço	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INSETOS – UNIDADE CAF. O serviço deverá ser executado de modo a exterminar todo e qualquer tipo de insetos (baratas, pernilongos, etc.). A empresa fica responsável pela avaliação e execução do projeto e do serviço prestado; a empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: CAF, Rua Expedicionário Mário de Souza, nº 2505 – Batel. Área total do terreno: 565,61 m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 370,91	R\$ 1.112,73
01	05	03	Serviço	SERVIÇO DE DESINSETIZAÇÃO PARA CONTROLE DE INSETOS – ALMOXARIFADO. O serviço deverá ser executado de modo a exterminar todo e qualquer tipo de insetos (baratas, pernilongos, etc.). A empresa fica responsável pela avaliação e execução do projeto e do serviço prestado; a empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Almojarifado, Av. Ver. Serafim Ribas, nº 2882, Barracão 23-C, Portão 3030, Bairro Boqueirão. Área total do terreno: 976,00	R\$ 539,51	R\$ 1.618,53

				m ² . Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.		
01	06	03	Serviço	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – UNIDADE RESEDA. O serviço deverá ser executado na parte interna e externa da unidade, a empresa deverá fazer uma avaliação previa, determinando qual a necessidade e o procedimento, é de total responsabilidade de a empresa fornecer as documentações e certificados de garantia dos serviços e dos produtos utilizados. O serviço a ser realizado exige técnico altamente qualificado, que utilize tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis. A empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Unidade Reseda, Rua Expedicionário Mário de Souza, nº 2525 – Batel. Área total do terreno: 750,00m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 440,17	R\$ 1.320,51
01	07	03	Serviço	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – UNIDADE SALVATORE. O serviço deverá ser executado na parte interna e externa da unidade, a empresa deverá fazer uma avaliação previa, determinando qual a necessidade e o procedimento, é de total responsabilidade de a empresa fornecer as documentações e certificados de garantia dos serviços e dos produtos utilizados. O serviço a ser realizado exige técnico altamente qualificado, que utilize tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis. A empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Unidade Salvatore, Rua Padre Salvatore Renna, nº 100 – Bairro Santa Cruz. Área total do terreno: 651,73 m². Locais para	R\$ 381,63	R\$ 1.144,89

				realização e especificações definidos no Anexo I.		
01	08	03	Serviço	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – SEDE. O serviço deverá ser executado na parte interna e externa, a empresa deverá fazer uma avaliação previa, determinando qual a necessidade e o procedimento, é de total responsabilidade da empresa fornecer as documentações e certificados de garantia dos serviços e dos produtos utilizados. O serviço a ser realizado exige técnico altamente qualificado, que utilize tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis. A empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Sede Administrativa, Rua Barão do Rio Branco, nº1393 – Centro. Área total do terreno: 1.749,00 m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 775,90	R\$ 2.327,70
01	09	03	Serviço	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – UNIDADE CAF. O serviço deverá ser executado na parte interna e externa da unidade, a empresa deverá fazer uma avaliação prévia, determinando qual a necessidade e o procedimento, é de total responsabilidade da empresa fornecer as documentações e certificados de garantia dos serviços e dos produtos utilizados. O serviço a ser realizado exige técnico altamente qualificado, que utilize tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis. A empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: CAF, Rua Expedicionário Mário de Souza, nº 2505 – Batel. Área total do terreno: 565,61 m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.	R\$ 348,38	R\$ 1.045,14
01	10	03	Serviço	SERVIÇO DE DESRATIZAÇÃO – ALMOXARIFADO. O serviço deverá ser	R\$ 523,19	R\$ 1.569,57

				executado na parte interna e externa da unidade, a empresa deverá fazer uma avaliação prévia, determinando qual a necessidade e o procedimento, é de total responsabilidade da empresa fornecer as documentações e certificados de garantia dos serviços e dos produtos utilizados. O serviço a ser realizado exige técnico altamente qualificado, que utilize tecnologia de proteção segura sem agressão ao meio ambiente e aos imóveis. A empresa somente poderá utilizar produtos desinfetantes domissanitários devidamente registrados na ANVISA, observada a técnica de aplicação e concentração máxima especificada, atendendo as instruções do fabricante, contidas no rótulo e obedecendo a legislação pertinente. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u> Local: Almoxarifado, Av. Vereador Serafim Ribas, nº 2882, Barracão 23-C, Portão 3030, Bairro Boqueirão. Área total do terreno: 976,00m². Locais para realização e especificações definidos no Anexo I.		
Valor Total: R\$ 16.068,90						
Lote 02						
02	01	03	Serviço	LIMPEZA DE RESERVATÓRIO OU CAIXA D'ÁGUA - UNIDADE DE RESEDA. Deve ser realizada a limpeza de dois reservatórios de fibra com capacidade de 500 litros, inclusive a tampa, por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cerdas de nylon para que as paredes da caixa não sejam danificadas. A mesma deve passar por um processo de desinfecção do reservatório, pulverizando nas paredes e na tampa solução bactericida e fungistática, a qual depois da sua ação deverá ser removida, deixando o reservatório pronto para uso. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u>	R\$ 194,46	R\$ 583,38
02	02	03	Serviço	LIMPEZA DE RESERVATÓRIO OU CAIXA D'ÁGUA - UNIDADE SALVATORE. Deve ser realizada a limpeza de um reservatório de fibra com capacidade de 1000 litros, inclusive a tampa, por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cerdas de nylon para que as paredes da caixa não sejam danificadas; A mesma deve passar por um processo de desinfecção do reservatório, pulverizando nas paredes e na tampa solução bactericida e fungistática, a qual depois da sua	R\$ 182,29	R\$ 546,87

				ação deverá ser removida, deixando o reservatório pronto para uso. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u>		
02	03	03	Serviço	LIMPEZA DE RESERVATÓRIO OU CAIXA D'ÁGUA - SEDE ADMINISTRATIVA. Deve ser realizada a limpeza de um reservatório de concreto com capacidade de 5000 litros, inclusive a tampa, por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cerdas de nylon para que as paredes da caixa não sejam danificadas. A mesma deve passar por um processo de desinfecção do reservatório, pulverizando nas paredes e na tampa solução bactericida e fungistática, a qual depois da sua ação deverá ser removida, deixando o reservatório pronto para uso. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados.</u>	R\$ 655,29	R\$ 1.965,87
02	04	03	Serviço	LIMPEZA DE RESERVATÓRIO OU CAIXA D'ÁGUA - UNIDADE CAF. Deve ser realizada a limpeza de um reservatório de fibra com capacidade de 500 litros, inclusive a tampa, por hidrojateamento com pressão moderada e uso de escovas de cerdas de nylon para que as paredes da caixa não sejam danificadas. A mesma deve passar por um processo de desinfecção do reservatório, pulverizando nas paredes e na tampa solução bactericida e fungistática, a qual depois da sua ação deverá ser removida, deixando o reservatório pronto para uso. <u>A empresa deverá expedir certificado da limpeza com garantia, o qual especifique o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados</u>	R\$ 128,52	R\$ 385,56
Valor total: R\$ 3.481,68						

Endereços dos locais de realização dos serviços e especificações:

Unidade de Acolhimento	Endereço	Área Construída	Área total terreno
Unidade Reseda	Rua Reseda nº 2525 – Batel	234,90 m ²	750,00 m ²
Unidade Salvatore	Rua Padre Salvatore Renna nº 100 – Bairro Santa Cruz	270m ²	651,73 m ²
Sede Administrativa	Rua Barão do Rio Branco nº 1393 – Centro	645,62 m ²	1.749,00 m ²
CAF	Rua Reseda nº 2505 – Batel	135,00 m ²	565,61 m ²
Almoxarifado	Av. Ver. Serafim Ribas, nº 2882, Barracão 23-C, Portão 3030, Bairro Boqueirão.	200m ²	976,00 m ²

Valor Máximo Disponível: R\$ 19.550,58 (Dezenove Mil Quinhentos e Cinquenta Reais e Cinquenta e Oito Centavos).

Prazo(s), local(is), forma e demais condições de entrega:

✓ Os serviços licitados deverão ser executados, após cada solicitação do departamento competente, de acordo com cronograma de serviço, no prazo máximo de 7 (sete) dias, nos endereços relacionados;

✓ Os serviços constantes no lote 1, Desinsetização e Desratização, deverão ser realizados no mesmo dia de acordo com o agendamento, preferencialmente final de semana para evitar transtornos com a desocupação dos diversos acolhidos e funcionários.

✓ A CONTRATADA responsabiliza-se em informar os cuidados a serem tomados antes e após a realização dos serviços, considerando que possuímos acolhidos de 0 a 18 anos, podendo haver ainda acolhidos que apresentem doenças respiratórias e/ou outras debilidades ou limitações;

✓ A CONTRATADA deverá expedir certificado da limpeza com garantia, especificando o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados;

✓ Fica a CONTRATADA comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com detalhado neste termo de referência e com o ofertado na proposta, sendo verificado o cumprimento dos prazos a marca, quantidade, qualidade e a validade do oferecido.

✓ O prazo de entrega estabelecido poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância.

✓ A entrega deverá ser efetuada na totalidade da nota de empenho, excetuando-se os casos em que sejam acordadas entregas parciais.

✓ A entrega parcial da nota de empenho só poderá ser realizada mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância.

✓ Reserva-se esta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo exigir novo fornecimento para atender de maneira satisfatória, sem ônus adicional para a Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação.

- ✓ O objeto deverá ser executado mediante apresentação de nota fiscal, que deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento do mesmo.
- ✓ Fica a CONTRATADA comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com detalhado neste termo de referência e com o ofertado na proposta, sendo verificado o cumprimento dos prazos a marca, quantidade, qualidade e a validade do oferecido.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/XXXX.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/XXXX.

PROCESSO Nº XXX/XXXX

Aos **XXXX** dias do mês de **XXXXXXX** do ano de **XXXX** pelo presente instrumento, sem vínculo empregatício, de um lado, a **FUNDAÇÃO PROTEGER**, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 1393, Bairro Centro, Guarapuava, Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 79.262.341/0001-95, neste ato representada pela Presidente Interina o Sr. **SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA**, juntamente com o (a) Sr.(a) **VANESSA REGINA CATANI DO VALLE** gestor (a) da presente Ata de Registro de Preço, e o (a) Sr. (a) **ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS** na qualidade de fiscal, denominado **CONTRATANTE**, e de outro a Empresa **XX**, sito à Rua xx, n.º XXX - Bairro – CEP: XX.XXX-XXX, em xxx, Estado de XXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, telefone: XXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr. XXXXXXXXXXXX, inscrito no CPF sob n.º XXX.XXX.XXX-XX e RG nº X.XXX.XXX-X SSP/XX, RESOLVEM, registrar os preços para eventual contratação do objeto descrito na cláusula primeira, no âmbito do **Pregão Eletrônico n.º XXX/XXXX** que originou a presente ATA, o qual juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) no certame acima numerado, obedecendo integralmente a Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e o Decretos Municipais 8089/2020 e 1447/2007, e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores conforme segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto desta ata é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA. RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES.**, devidamente quantificado e especificado nas propostas apresentadas no âmbito do **Pregão Eletrônico XX/XXXX** e que constam do anexo I do presente instrumento;

1.2. Os preços constantes desta Ata de Registro de Preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento firmado entre a PROMITENTE e o(s) órgão(s) da Administração Pública utilizadores desta Ata.

1.3. A existência de preços registrados não obriga o(s) órgão(s) a firmar(em) as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe(s) facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA

2.1. Os serviços licitados deverão ser executados, após cada solicitação do departamento competente, de acordo com cronograma de serviço, no prazo máximo de 7 (sete) dias, nos endereços relacionados no Termo de Referência (Anexo I), durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.

2.2. Os serviços constantes no lote 1, Desinsetização e Desratização, deverão ser realizados no mesmo dia de acordo com o agendamento, preferencialmente final de semana para evitar transtornos com a desocupação dos diversos acolhidos e funcionários.

2.3. A CONTRATADA responsabiliza-se em informar os cuidados a serem tomados antes e após a realização dos serviços, considerando que possuímos acolhidos de 0 a 18 anos, podendo haver ainda acolhidos que apresentem doenças respiratórias e/ou outras debilidades ou limitações;

2.4. A CONTRATADA deverá expedir certificado da limpeza com garantia, especificando o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados;

2.5. Fica a PROMITENTE comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com detalhado no anexo I este instrumento, sendo verificado o cumprimento dos prazos a marca, quantidade, qualidade e a validade do oferecido.

2.6. O prazo de entrega estabelecido no item 2.1 poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância.

2.7. O recebimento dos materiais não exclui a responsabilidade do fornecedor pela qualidade e características dos materiais entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.

2.8. Reserva-se a Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo exigir novo fornecimento para atender ao pedido de maneira satisfatória, sem ônus adicional para a esta Instituição, sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação.

2.9. O objeto deverá ser executado mediante apresentação de Nota Fiscal, que deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

2.10. A entrega parcial da nota de empenho só poderá ser realizada, mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, ou em casos que a Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância já defina previamente um cronograma de entrega.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os Preços Registrados são fixos e irrevogáveis, e incluem todos os custos e despesas com material, transporte, seguros, impostos, taxas de qualquer natureza, fretes, inclusive o lucro e toda e qualquer outra despesa ou custo advindo do adimplemento da Ata celebrada entre a PROMITENTE e esta Instituição.

3.1.1. Nas hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal n.º 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro da Ata de Registro de Preço, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, observando-se os Arts. 15 e 16 do Decreto Municipal 1447/2007.

5.2. O pagamento pertinente será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data de entrega do objeto/serviço, e emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor competente em nome desta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, declarando o recebimento dos produtos em plena consonância com instrumento contratual.

5.3. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Direção Administrativa e Financeira.

5.4. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em favor da contratada, em conta corrente indicada na proposta de preço e nas informações complementares da nota fiscal.

5.5. Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando -se a sua contagem a partir da data em estas forem cumpridas, desde que tais providências complementares tenham ocorrido por motivo devidamente justificado e aceito pelo Departamento de Compras e Licitações desta Fundação.

5.6. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente nesta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

5.7. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito de acréscimo de qualquer natureza.

5.8. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento das obrigações da Fundação, será(ão) a(s) Seguinte(s):

FONTE DE RECURSOS	DESPESA	DESDOBRAMENTO	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	333903900000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	333903978990000000	Limpeza e conservação demais setores da administração

3.8.1. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades da instituição.

6. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

6.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze)** meses, a contar da data de sua assinatura, conforme autoriza o Art. 13 do Decreto Municipal n.º 1447/2007.

7. CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto desta Ata de Registro de Preços nas condições avençadas, e da CONTRATADA, receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

7.2. Obriga-se a CONTRATADA a:

5.1.1. Cumprir integralmente todos os itens constantes do presente Instrumento;

5.1.2. Assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os objetos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da CONTRATADA, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784/67;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, no fornecimento dos objetos ora contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

5.1.4. Dar cumprimento às obrigações de natureza trabalhista, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;

5.1.5. Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.1.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução da Ata de registro de preços, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.1.7. Estar à disposição do CONTRATANTE sempre que solicitado.

5.1.8. Cumprir todas as exigências contidas no Edital que originou este Instrumento.

5.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

5.2.1. Supervisionar e fiscalizar o fornecimento dos produtos/a execução dos serviços ora contratados;

5.2.2. Efetuar pontualmente os pagamentos de acordo com o ora pactuado.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS

6.1. Os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais) que sejam devidos em decorrência direta ou indireta da presente Ata, serão de exclusiva responsabilidade do promitente, assim definido nas normas tributárias.

6.2. A PROMITENTE declara haver levado em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, encargos trabalhistas e todas as despesas incidentes sobre a compra de material, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. Após assinada a presente Ata de Registro de Preços, necessitando do fornecimento do objeto licitado, a empresa será notificada pela Fundação de Proteção Especial da Infância e Juventude mediante apresentação de Nota Empenho, para no prazo definido na cláusula segunda, entregar o objeto licitado.

7.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o PROMITENTE primeiro classificado deverá manter as mesmas condições exigidas para Habilitação e classificação da proposta.

7.3. O PROMITENTE obriga-se a apresentar documentação complementar que vier a ser exigida pela Fundação para efeito de celebração da Ata de Registro de Preço.

7.4. As alterações na Ata de Registro de Preços serão processadas mediante Apostilamento ou ainda, a depender do caso concreto, mediante Termo Aditivo, devidamente justificadas e processadas mediante parecer emitido pela Procuradoria e autorização da Presidência.

8. CLÁUSULA OITAVA - SANÇÕES

8.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, na ata de registro de preços, e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou da vigência do Contrato, conforme o caso:

8.1.1. não assinar a ata de registro de preços ou contrato no prazo estabelecido em edital;

8.1.2. não entregar a documentação exigida para assinatura do contrato;

8.1.3. apresentar documentação falsa;

8.1.4. causar o retardamento na execução do certame;

8.1.5. causar o atraso na execução do objeto;

8.1.6. não manter a proposta;

8.1.7. falhar na execução do contrato;

8.1.8. fraudar a execução do contrato;

8.1.9. comportar-se de modo inidôneo;

8.1.10. declarar informações falsas; e

8.1.11. cometer fraude fiscal.

8.2. As sanções descritas no item 8.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.

8.3. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado.

8.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora e compensatória, na seguinte forma:

8.4.1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega dos serviços/produtos contratados, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

8.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Proposta, devidamente atualizado, pela inexecução parcial ou total do Contrato, ou infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas e/ou proposta apresentada, exceto prazo de entrega.

8.4.3. As multas mencionadas nos itens **8.4.1** e **8.4.2**, serão descontadas do pagamento a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.

8.4.4. Caso a CONTRATADA não possua crédito junto ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, será regularmente intimada a efetuar o pagamento mediante guia de recolhimento.

8.4.4.1. O não atendimento do item **8.4.4** implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa do Município.

8.5. As multas aludidas pelo item **8.4** e **subitens** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei, ficando a licitante ou contratada sujeita às seguintes penalidades:

8.5.1. Advertência;

8.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.6. As sanções previstas nos itens **8.1** e **8.5** poderão ser aplicadas juntamente com a do item **11.4**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.7. A sanção estabelecida no item **8.5.2** é de competência exclusiva do Presidente, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8.8. As sanções previstas nos itens **8.4** e **8.5.2** poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este edital:

8.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

8.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa ampla do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

9. CLÁUSULA NONA - CANCELAMENTO

9.1. O órgão gerenciador poderá, desde que conveniente aos interesses administrativos, cancelar esta ATA, conforme prevê o Artigo 17 do Decreto 1447/2007.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Fica(m) nomeado(s) como Gestor(es) desta Ata, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, o(s) Sr(a)s:

10.1.1. Servidor: **VANESSA REGINA CATANI DO VALLE**, matrícula n.º 178241, portador(a) do RG n.º **8.380.512-9 SSP/PR**, inscrito no CPF/MF sob o n.º **035.959.829-32**;

10.1.2. Fica nomeado como Fiscal desta Ata o servidor **ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS** matrícula n.º **14680**, portador do RG n.º **7677186-3 SSP/PR**, inscrito no CPF/MF sob n.º **028.763.269-57**;

10.2. Caberá aos gestores e fiscais a plena observância ao decreto municipal 7545/2019, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal, em especial o disposto em seu art. 26.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (autoridade competente), e somente após a anuência expressa do mesmo, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal n.º 10.520/02, na Lei Federal n.º 8.666/93 e no Decreto Municipal n.º 1447/2007.

11.2. Caberá ao fornecedor, beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento para órgãos ou entidades vinculadas a Administração Pública Municipal, diferentes das constantes neste Edital, até o limite de 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados em Ata para cada órgão usuário, e desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

12.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de execução do objeto contratual.

12.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

12.1.1.1. **Prática corrupta**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução de contrato;

12.1.1.2. **Prática fraudulenta**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;

12.1.1.3. **Prática colusiva**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

12.1.1.4.Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;

12.1.1.5.Prática obstrutiva:

a. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do edital a que se vincula o presente instrumento;

b. Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

12.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas da execução contrato financiado pelo organismo.

12.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DOS CASOS OMISSOS

13.1. O presente Instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal n.º 10.520/2002, Decretos Municipais 1.168/2006 e 1.447/2007, Lei Complementar 123/2006 e na Lei Federal n.º 8.666/1993, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

14. CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava – Paraná, como único e competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, com o que concordam expressamente as partes contratantes.

Guarapuava, **xx de xx de xxxx.**

VANESSA REGINA CATANI DO VALLE Gestor de Ata	ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS Fiscal de Ata
--	--



FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DA JUVENTUDE E INFÂNCIA
PROTEGER
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

XXXXXXXXXX Contratada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante Legal	SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA Presidente Interina

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Lote	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total

ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO
CONTRATO Nº XXX/XXXX.

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO
PROTEGER E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX.

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado o **FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO ESPECIAL DA JUVENTUDE E INFÂNCIA - PROTEGER**, com sede a Rua Barão do Rio Branco, 1393, Bairro Batel, Guarapuava, Estado do Paraná, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 79.262.341/0001-95, neste ato representado pelo Presidente Interina Sra. **SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA**, juntamente o (a) Sr.(a) **VANESSA REGINA CATANI DO VALLE** gestor da presente Ata de Registro de Preço e o (a) Sr. (a) **ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS** na qualidade de fiscal.

De outro lado a Empresa **XXX**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXX**, com sede na Rua **XXX**, nº **XXX**, Município de **XXX**, Estado de/do **XX**, CEP: **XXX**, telefone **XX**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) **XXXXXXXXXXXX** inscrito no CPF nº **XXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado em **XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada CONTRATADA.

As partes vêm firmar o presente Contrato nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal 8089/2020, e, subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, obedecidas às condições estabelecidas na licitação realizada na modalidade **XXXXXXXXXXXX** Nº **XX/XXXXXX**, de acordo com a(s) Requisição(ões) ao Compras nº **XX/XXXX**, emitida(s) por essa Instituição e a proposta de preços apresentada pela vencedora do certame, que fazem parte integrante deste instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 É objeto do presente contrato é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA. RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES**, conforme detalhamento constante da cláusula segunda deste Contrato.

1.2 O regime de execução adotado para o presente contrato, conforme previsto em edital é o de contratação **Por Lote**.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1. Pelos produtos / serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxx)**, de acordo com a proposta descrita no item **2.3** deste Contrato:

2.2. Nos preços contratados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3. O CONTRATADO será remunerado conforme preços unitários oferecidos em sessão de licitação conforme a seguir:

Lote	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total

3. CLÁUSULA TERCEIRA – LOCAL, FORMA E PRAZO DE ENTREGA

3.1. Os serviços licitados deverão ser executados, após cada solicitação do departamento competente, de acordo com cronograma de serviço, no prazo máximo de 7 (sete) dias, nos endereços relacionados no Termo de Referência (Anexo I), durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.

3.2. Os serviços constantes no lote 1, Desinsetização e Desratização, deverão ser realizados no mesmo dia de acordo com o agendamento, preferencialmente final de semana para evitar transtornos com a desocupação dos diversos acolhidos e funcionários.

3.3. A CONTRATADA responsabiliza-se em informar os cuidados a serem tomados antes e após a realização dos serviços, considerando que possuímos acolhidos de 0 a 18 anos, podendo haver ainda acolhidos que apresentem doenças respiratórias e/ou outras debilidades ou limitações;

3.4. A CONTRATADA deverá expedir certificado da limpeza com garantia, especificando o prazo de validade de no mínimo 6 meses dos serviços e produtos aplicados;

3.3. Fica a PROMITENTE comprometida com os prazos, rigorosamente de acordo com detalhado no anexo I este instrumento, sendo verificado o cumprimento dos prazos a marca, quantidade, qualidade e a validade do oferecido.

3.4. O prazo de entrega estabelecido no item **3.2.** poderá ser prorrogado, mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância.

3.5. Reserva-se a Instituição o direito de recusar aqueles em desacordo com o pedido, ou fora dos padrões de qualidade estabelecidos, podendo exigir novo fornecimento para atender ao pedido solicitante de maneira satisfatória, sem ônus adicional para esta Instituição sendo que o ato do recebimento não importará na sua aceitação.

3.6. A entrega parcial da nota de empenho só poderá ser realizada, mediante solicitação justificada da contratada e aceite pela Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, ou em casos que a Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância já defina previamente um cronograma de entrega.

3.7. O objeto deverá ser executado mediante apresentação de Nota Fiscal, que deverá ser assinado pelo responsável pelo recebimento do mesmo.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento pertinente será efetuado em até **30 (Trinta)** dias contados da data de entrega do objeto/serviço, e emissão da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor competente em nome desta Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância, declarando o recebimento dos produtos em plena consonância com instrumento contratual.

4.1.1. O valor a ser pago levará em conta o registrado em licitação, conforme detalhado na cláusula segunda deste contrato.

4.2. O pagamento do fornecimento efetivado fica condicionado ao processamento regular das contas junto à Gerência Administrativa e Financeira.

4.3. O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em favor da contratada, em conta-corrente indicada na proposta de preço e nas informações complementares da nota fiscal.

4.4. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente nesta Instituição em favor do FORNECEDOR. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

4.5. Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe foi imposta, em virtude de penalidade ou qualquer inadimplência contratual, sem que isso gere direito de acréscimos de qualquer natureza.

4.6. O fornecedor deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para a habilitação durante a vigência da ata de registro de preços ou contrato, bem como apresentar nota fiscal, fatura eletrônica ou instrumento equivalente, para requerer o pagamento, acompanhado os documentos referentes a regularidade fiscal.

4.7. Caso o objeto da nota fiscal seja recusado, o documento fiscal apresente incorreção, os documentos listados acima não sejam apresentados, ou sejam apresentados em desacordo com o prazo de validade expirado, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do evento.

4.8. A(s) dotação(ões) orçamentária(s) que proverá(ão) o pagamento das obrigações da Fundação, será(ão) a(s) seguinte(s):

FONTE DE RECURSOS	DESPESA	DESDOBRAMENTO	NATUREZA DA DESPESA	DESCRIÇÃO DA NATUREZA
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	33390390000000000000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica
1	7326	28.001.0008.0243.0026.2146	33390397899000000000	Limpeza e conservação demais setores da administração

4.8.1. As dotações indicadas estão sujeitas a alterações conforme as necessidades desta Administração.

5. CLAUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

5.1. A vigência do Contrato terá seu termo inicial na data de sua assinatura, depois de cumpridas as formalidades legais, perdurando **até o dia xx de xxxxx de 202x**, desde que constatado sempre, o total cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, podendo, a critério do CONTRATANTE, mediante termo aditivo, ser alterado, pela superveniência de eventos que impeçam ou tornem inconvenientes o prosseguimento do ajuste, ou prorrogado conforme a necessidade do CONTRATANTE, desde que haja interesse público e conveniência administrativa, obedecendo à legislação pertinente.

5.2. A prorrogação e as alterações contratuais poderão ser admitidas nos termos do Art. 57 da Lei nº 8666/93, consolidada mediante prévia justificativa, devendo ser precedida de análise pela Procuradoria e autorizadas pela autoridade competente.

5.2.1. A prorrogação do prazo contratual ficará a exclusivo critério do CONTRATANTE, desde que haja interesse público e conveniência administrativa.

5.3. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

5.3.1. Unilateralmente pela Administração:

5.3.1.1. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por Lei;

5.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.

5.4.1. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.4.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6. CLAUSULA SEXTA – DO REAJUSTE

6.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

6.2. Na hipótese de prorrogação de contrato por período superior aos 12 meses iniciais, poderá ser reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M da FGV), mediante solicitação expressa do CONTRATADO, sob pena de preclusão do direito, e após prévia autorização do CONTRATANTE.

6.2.1. O reajuste de que trata esta cláusula somente poderá ser concedido pelo CONTRATANTE a cada período de 12 (doze) meses contados da data-base da apresentação da proposta.

6.2.2. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.2.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituído, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

7. CLAUSULA SÉTIMA – DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas, e da CONTRATADA, receber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

7.2. Obriga-se a CONTRATADA a:

7.2.1. Cumprir integralmente todos os itens constantes do presente Contrato;

7.2.2. Assumir total responsabilidade por seus empregados e/ou prepostos que venham a fornecer os objetos decorrentes do presente Contrato, sendo que o CONTRATANTE não terá nenhuma relação ou vínculo contratual de natureza trabalhista, cuja responsabilidade será tão somente da CONTRATADA, sendo esta titular e responsável pelos direitos, obrigações e ações decorrentes, pagamento dos salários e demais ônus, recolhimento de todos os encargos sociais e tributos pertinentes, indenização por quaisquer acidentes que seus empregados possam ser vítimas ou derem causa, quando em serviço, na forma como é expressa e considerada nos arts. 3º e 6º do Regulamento de Seguro de Acidente de Trabalho, aprovado pelo Decreto n.º 61.784/67;

7.2.3. Responsabilizar-se pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes, na execução dos serviços / no fornecimento dos produtos ora contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

7.2.4. Dar cumprimento às obrigações de natureza trabalhista, fiscais, previdenciárias e outras que lhe são correlatas;

7.2.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.6. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

7.2.7. Estar à disposição do CONTRATANTE sempre que solicitado.

7.2.8. Cumprir todas as exigências contidas no Edital que originou este Contrato.

7.2.9. A Empresa vencedora deverá prestar as garantias descritas no item 2.3. e **subitens** deste contrato, contados a partir do recebimento dos mesmos.

7.3. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

7.3.1. Supervisionar e fiscalizar a Prestação de Serviços/fornecimento dos produtos ora contratado;

7.3.2. Efetuar pontualmente os pagamentos de acordo com o ora pactuado.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

8.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital, no contrato, e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta ou da vigência do Contrato, conforme o caso:

- 8.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo estabelecido em edital;
 - 8.1.2. não entregar a documentação exigida para assinatura do contrato;
 - 8.1.3. apresentar documentação falsa;
 - 8.1.4. causar o retardamento na execução do certame;
 - 8.1.5. causar o atraso na execução do objeto;
 - 8.1.6. não manter a proposta;
 - 8.1.7. falhar na execução do contrato;
 - 8.1.8. fraudar a execução do contrato;
 - 8.1.9. comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.1.10. declarar informações falsas; e
 - 8.1.11. cometer fraude fiscal.
- 8.2. As sanções descritas no item **8.1** também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 8.3. As sanções serão registradas e publicadas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado.
- 8.4. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora e compensatória, na seguinte forma:
- 8.4.1. 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, na entrega dos serviços/produtos contratados, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;
 - 8.4.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Proposta, devidamente atualizado, pela inexecução parcial ou total do Contrato, ou infringência de qualquer das cláusulas contratuais celebradas e/ou proposta apresentada, exceto prazo de entrega.
 - 8.4.3. As multas mencionadas nos itens **8.4.1** e **8.4.2**, serão descontadas do pagamento a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso.
 - 8.4.4. Caso a CONTRATADA não possua crédito junto ao MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, será regularmente intimada a efetuar o pagamento mediante guia de recolhimento.
 - 8.4.4.1. O não atendimento do item **8.4.4** implicará na inscrição do débito em Dívida Ativa do Município.
- 8.5. As multas aludidas pelo item **8.4 e subitens** não impedem que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas em Lei, ficando a licitante ou contratada sujeita às seguintes penalidades:
- 8.5.1. Advertência;
 - 8.5.2. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

8.6. As sanções previstas nos itens **8.1** e **8.5** poderão ser aplicadas juntamente com a do item **11.4**, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.7. A sanção estabelecida no item **8.5.2** é de competência exclusiva do Presidente da Fundação Proteger, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

8.8. As sanções previstas nos itens **8.4** e **8.5.2** poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este edital:

8.8.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.8.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

8.8.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.9. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa ampla do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos arrolados no artigo 78 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

9.1.1. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa, conforme previsão contida no artigo 77 da Lei Federal n.º 8.666/93.

10. CLAUSULA DÉCIMA – DO GESTOR E DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Fica(m) nomeado(s) como Gestor(es) deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, o(s) Sr(a)s:

10.1.1. Servidor: **VANESSA REGINA CATANI DO VALLE**, matrícula n.º 178241, portador(a) do RG nº 8.380.512-9 SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 035.959.829-32;

10.2. Fica(m) nomeados como Fiscal(is) deste Contrato, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados, conforme o artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, o(s) Sr(s):

10.2.1. Servidor: **ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS**, matrícula n.º 14680, portador(a) do RG nº 7677186-3 SSP/PR, inscrito(a) no CPF/MF sob o nº 028.763.269-57;

10.3. Caberá aos gestores e fiscais a plena observância ao decreto municipal 7545/2019, o qual dispõe sobre rotinas administrativas aplicáveis à gestão e fiscalização de contratos no âmbito da Administração Municipal, em especial o disposto em seu art. 26.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

11.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de execução do objeto contratual.

11.1.1. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

11.1.1.1.**Prática corrupta:** oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público na execução de contrato;

11.1.1.2.**Prática fraudulenta:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de execução de contrato;

11.1.1.3.**Prática colusiva:** esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

11.1.1.4.**Prática coercitiva:** causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando afetar a execução do contrato;

11.1.1.5.**Prática obstrutiva:**

a. Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, do edital a que se vincula o presente instrumento;

b. Atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

11.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas da execução contrato financiado pelo organismo.

11.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o contratado, concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8666/93, na Lei Federal nº 10.520/2002, e demais normas Federais de Licitações e Contratos Administrativos e subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

13. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

13.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava – Paraná, como único e competente para dirimir eventuais dúvidas oriundas deste instrumento, com exclusão de quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam, com o que concordam expressamente as partes contratantes.

E, por assim estarem justos e contratos, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um mesmo fim, perante as testemunhas abaixo, que também as subscrevem.

Guarapuava, xx de xx de 2022.

VANESSA REGINA CATANI DO VALLE Gestor	ERINEU MARCOS DOMINGUES DOS SANTOS Fiscal
XXXXXXXXXX Contratada XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX Representante Legal	SILVANEY ISABEL GOMES DE OLIVEIRA Presidente Interina

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:

NOME:
CPF:

**ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICRO OU PEQUENA
EMPRESA**

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

DECLARAÇÃO

Ao

Pregoeiro e equipe de apoio da Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância - Proteger

A empresa xxx, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º xx por intermédio de seu Representante Legal, Sr.(a) xx, portador(a) da Carteira de Identidade n.º xx, inscrito no CPF/MF sob o nº xx, DECLARA, para fins do disposto no Edital de **Pregão Eletrônico Nº xxx/2022**, sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

OBS: Assinalar com um “X” a condição da empresa.

1. () MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;
2. () EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

Caso assinalada a opção (1) ou (2), DECLARA ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006.

local e data

Representante Legal

Importante:

- 1) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, poderá ser objeto de diligência para confirmação da veracidade da mesma e implicará no tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2) A DECLARAÇÃO de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte falsa ou inverídica sujeitará a licitante às penalidades previstas neste Edital, bem como, às demais sanções penais cabíveis.

ANEXO V – MODELO DE CARTA PROPOSTA

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao

Pregoeiro e equipe de apoio da Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância - Proteger

PROPOSTA DE PREÇOS – PREGÃO ELETRÔNICO XXX/2022

Apresentamos nossa proposta para fornecimento dos Itens abaixo discriminados, conforme ANEXO I, que integra o instrumento convocatório da licitação em epígrafe.

IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão social da licitante, número de inscrição junto CNPJ/MF, endereço completo, telefone e endereço eletrônico (e-mail) para contato, número da conta-corrente, agência e respectivo Banco.

Dados do responsável pela elaboração da proposta e que assinará o instrumento Contratual, compreendendo Nome, CPF e RG;

PROPOSTA

Lote	Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Marca	V. Unit.	V. Total

DECLARAÇÕES:

Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, e execução do objeto da licitação e na concordância com todos os termos deste edital, inclusive no seguinte:

Que a proposta de preços terá validade de no mínimo 60 dias corridos contados da data de sua apresentação.

Que atende os requisitos de qualidade mínima exigidos do(s) produto(s) ou serviço(s) bem como seus prazos e condições de entrega.

Que nos preços ofertados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA PARA HABILITAÇÃO

(Preferencialmente em papel timbrado da empresa).

Ao

Pregoeiro e equipe de apoio da Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância - Proteger

DECLARAÇÃO PARA EFEITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa XXX, inscrita no CNPJ sob o número XXX, sediada XXX, através de seu representante, Sr(a). XXX, CPF número XXX, RG número XXX na qualidade de proponente do procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº XXX/2022**, instaurado pelo Município de Guarapuava, declara sob as penas da lei que:

- Não se encontra impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública em qualquer de suas esferas;
- Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- Não possui, no seu Quadro de pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao Art. 7º, XXXIII da Constituição Federal de 1988;
- Os proprietários, sócios e/ou dirigentes da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo ou por afinidade até o terceiro grau, com SERVIDORES EFETIVOS INVESTIDOS DE CARGOS DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO, OU EXERÇAM FUNÇÃO GRATIFICADA E AINDA QUE FAÇAM PARTE DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E E CONTRATOS, SEJA PREGOEIRO E OU MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO, E DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA OU QUE EXERÇAM FUNÇÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS ORIUNDO DO PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, AGENTES POLÍTICOS, PREFEITO, VICE-PREFEITO E OCUPANTES DE CARGOS EM COMISSÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA E ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE

(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

VII – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

A Fundação de Proteção Especial da Juventude e Infância - PROTEGER

Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio

Pregão Eletrônico n.º XX/2022

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE TODAS AS UNIDADES DESTA FUNDAÇÃO, INCLUSIVE NA SEDE ADMINISTRATIVA.**

Atestamos que na presente data compareceu o Sr(a) _____, RG n.º _____, representante da empresa _____ sito na Rua _____, telefone _____, para vistoriar o local nas dependências desta Fundação Proteger acompanhado por mim NOME, RG, FUNÇÃO, visando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA DE TODAS AS UNIDADES DESTA FUNDAÇÃO, INCLUSIVE NA SEDE ADMINISTRATIVA.**

Guarapuava, XX de XXX de 2022.

Servidor Responsável